

Senhores Acionistas,

A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Informações Trimestrais, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2012.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Dtcom Direct to Company S/A (“Dtcom” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). A missão da Companhia é contribuir com o desenvolvimento das pessoas e das organizações por meio da educação e comunicação à distância, dentro o do ambiente corporativo.

A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código DTCY3.

Em 2000, a Dtcom foi a pioneira na utilização de recursos de TV e internet para promover a educação dentro das empresas. Para isso, desenvolveu um sistema de treinamento unindo videoaulas e Ambiente Virtual de Aprendizado (LMS).

Inserida no mercado de comunicação e capacitação corporativa, a Companhia tem soluções sob medida em:

TV Corporativa – Um novo conceito no mercado no que se refere à TV Corporativa, unindo tecnologias de videoconferência, transmissão via satélite, vídeo IP e webstreaming, a Dtcom forma uma rede de comunicação exclusiva para seus clientes, de larga escala e baixo custo, proporcionando às organizações possibilidade de promoção de eventos, treinamentos, palestras, reuniões, entre outros, sem sair de suas instalações.

Sistema de Treinamento e Capacitação Corporativa - Precursora na proposição de soluções de comunicação e capacitação à distância ao mercado corporativo, a companhia oferece novidades e tendências nos mais variados assuntos corporativos que vão desde os rotineiros aos temas mais complexos de uma organização. Com canais exclusivos voltados à Gestão Corporativa, Gestão Pública e Autodesenvolvimento, a Companhia oferece ao mercado “produtos” com diferenciais de qualidade, apresentando propostas adequadas ao processo de Ensino à Distância, considerando todos os recursos disponibilizados, como inovações em tecnologia, metodologia e conteúdo, profissionais reconhecidos no mercado, além de uma equipe interna altamente qualificada.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais individuais em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais individuais da Companhia para o período findo em 30 de setembro 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/2001, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – C.P.C., bem como as alterações oferecidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).

**b. Estimativas contábeis**

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**c. Ativos circulante e não circulante**

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

**d. Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**g. Provisão para perdas na realização de créditos**

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

**h. Instrumentos financeiros**

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E 2010**

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a Legislação Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante os exercícios de 2009 e de 2010 foram emitidos 43 novos pronunciamentos técnicos (CPCs), 15 interpretações técnicas (ICPCs) e 3 orientações técnicas (OCPC's) pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs, ICPCs e OCPC's que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando se suas operações são:

CPC	Título
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40
ICPC	Título
3	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
4	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
5	Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
8	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo
9	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares
OCPC	Título
2	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
3	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Administração da Companhia aplicou o CPC 26, CPC 27 (vide nota 2) e CPC 32 na preparação das Informações Trimestrais findo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011. Em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos demais referidos CPCs, não estão sendo comentadas.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Em 30 de Setembro de 2012 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 958 (R\$ 901 em 31 de Dezembro de 2011).

<b>Clientes</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Públicos	1.345	1.339
Privados	642	587
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.029)	(1.025)
	<b>958</b>	<b>901</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobertura de eventuais perdas. Do montante total constituído, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial.

**6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO**

	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Ativo - a recuperar:</b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	315	349
INSS a compensar	104	104
Outros	209	190
	<b>628</b>	<b>643</b>
<b>Passivo - a recolher:</b>		
Impostos federais, estaduais e municipais	5.306	5.159
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamentos)	(3.347)	(3.199)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamentos)	<b>1.959</b>	<b>1.960</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição a compensar referem-se às retenções na fonte ocorridas durante o trimestre.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09.

Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.

No ano de 2009 foi efetuado o Parcelamento Ordinário em 60 parcelas, contemplando os débitos vencidos de PIS e COFINS referente aos meses de março e abril de 2009.

Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2011 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Paraná, efetuando parcelamentos em 15 e 24 meses.

Em 2012 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Paraná, efetuando parcelamentos em 60 meses.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**7. IMOBILIZADO**

	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	760	189	186	1.135	1.135
Móveis e utensílios	10%	575	164	185	924	917
Equipamentos de som e imagem	10%	3.615	3.756	1.578	8.949	8.803
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	4.254	2.489	1.859	8.602	8.257
Equipamentos de informática	10%	1.014	1.096	127	2.237	2.216
Veículos	10%	34		1	35	35
Outros itens		248	29	23	300	300
					23.112	22.593
(-) Depreciação acumulada					(14.969)	(14.076)
					<b>8.143</b>	<b>8.517</b>

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.



**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**8. INTANGÍVEL**

	<b>Taxa anual de amortização</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Software	10%	807	270	284	1.361	1.341
Programa ensino site	20%	250			250	250
Acervo Técnico	10%	2.277	111	836	3.224	3.224
Gastos com concessões	5%	777			777	777
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	628			628	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.272			1.272	1.276
Outros itens		48			48	46
Intangível em andamento		1.373			1.373	1.073
					8.933	8.611
(-) Amortização acumulada					(3.756)	(3.335)
					<b>5.177</b>	<b>5.276</b>

Os valores do ativo intangível acervo técnico referem-se aos cursos de capacitação produzidos pela Companhia a serem disponibilizados aos seus clientes através de seus canais corporativos. Nas demonstrações contábeis foram reconhecidos somente os cursos produzidos a partir do exercício de 2006.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	30.09.2012		31.12.2011	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>					
Banco A.J. Renner	21,69	339	480	309	618
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>					
Caixa Econômica Federal		1			
Banco Sudameris Brasil S.A.	72,60			96	
Banco Bradesco S.A.	79,59	96		4	
Banco ABC Brasil S.A.	60,00	99		99	
Banco HSBC S/A		10			
Banco Bradesco S/A - Flex		134		7	
<u>Financiamentos</u>					
Leasing - Real Leasing S.A.	18,58			19	
Leasing - BIC Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 9,60	295		406	174
		974	480	940	792

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

**10. FORNECEDORES**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 124 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2011), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é assim resumido:

	30.09.2012		Total	31.12.2011		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		49.565			49.573	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	49.565			49.573		
Base de cálculo	49.565	49.565		49.573	49.573	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	12.391	4.461	16.852	12.393	4.462	16.855
(-) Crédito tributário registrado	(91)	(33)	(124)	(156)	(56)	(212)
Crédito tributário potencial não registrado	<b>12.300</b>	<b>4.428</b>	<b>16.728</b>	<b>12.237</b>	<b>4.406</b>	<b>16.643</b>

## 12. PATRIMONIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.110 mil (idem em 31 de dezembro de 2011), e está representado por 52.884.310 (idem em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias e 3.247.500 ações preferenciais, sem valor nominal, nominativas não endossáveis.

### b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

### c. Destinação dos lucros

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício (se aplicável) conforme determinado no artigo 191 da Lei 6.404/76, 5% serão aplicados na reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Serão garantidos aos acionistas, após feitas as devidas deduções e destinações, um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25%.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**d. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Conforme Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os acionistas Ouro Verde Investimentos e Participações S/A, Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda, RIC Empreendimentos e Consultoria S/A, Augustus Administração S/A, F Mota Administração e Empreendimentos S/A e Sr. Mário José Gonzaga Petrelli celebraram com a Companhia, Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.171.667,00 (Um milhão, cento e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sendo integralizado em 5 (cinco) parcelas. O futuro aumento de capital será oportunamente deliberado, em consonância com a legislação em vigor.

**13. RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	3.679	4.755
. Prestação de serviços	<u>6.049</u>	<u>4.896</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>9.728</u>	<u>9.651</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Icms	(368)	(475)
. Pis	(124)	(112)
. Cofins	(570)	(515)
. Iss	<u>(121)</u>	<u>(98)</u>
Total das deduções	<u>(1.183)</u>	<u>(1.200)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<b><u>8.545</u></b>	<b><u>8.451</u></b>

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**14. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	1.119	1.038
. Provisão (Reversão) para contingências trabalhistas	23	(149)
. Energia elétrica	81	68
. Locação de satélite	796	1.018
. Instalação e manutenção de rede privada	408	451
. Produção de conteúdo/gravação	377	147
. Serviços de terceiros com transmissão	833	884
. Serviços de terceiros	298	321
. Depreciações e amortizações	1.168	1.121
. Outros custos	157	283
	<hr/>	<hr/>
Total dos custos dos serviços prestados	<b>5.260</b>	<b>5.182</b>

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**15. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<u>Despesas administrativas e gerais</u>		
. Pessoal	628	483
. Honorários da administração	349	335
. Serviços de assessoria e consultoria	122	320
. Serviços de terceiros	366	408
. Despesas gerais	164	206
. Depreciações e amortizações	152	152
	<hr/>	<hr/>
<u>Total das despesas administrativas e gerais</u>	<b>1.781</b>	<b>1.904</b>
 <u>Despesas comerciais</u>		
. Pessoal	712	634
. Reversão (Provisão) para contingências trabalhistas	(1)	15
. Publicidade e propaganda	144	95
. Serviços de assessoria e consultoria	341	604
. Serviços de terceiros	149	240
. Despesas gerais	12	14
. Depreciações e amortizações	3	2
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3	10
. Despesas tributárias	50	62
	<hr/>	<hr/>
<u>Total das despesas comerciais</u>	<b>1.413</b>	<b>1.676</b>
 <u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Reversão de contingências	(420)	(354)
. Baixa de imobilizado	7	7
	<hr/>	<hr/>
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<b>(413)</b>	<b>(347)</b>

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**16. RESULTADOS FINANCEIROS**

	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	271	261
Juros pagos ou incorridos	658	559
Variações cambiais passivas		
Multa dedutível	219	239
Outros	51	44
	<u>1.199</u>	<u>1.103</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	13	16
	<u>13</u>	<u>16</u>
Resultado Financeiro	<b><u>1.186</u></b>	<b><u>1.087</u></b>

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**a. Composição dos saldos**

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 estão identificados a seguir:

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

<b>Descrição</b>	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
Disponibilidades	92	92
Contas à receber	958	958
Impostos a recuperar	628	628
Fornecedores	(664)	(664)
Empréstimos e financiamentos	(1.454)	(1.454)
Impostos a recolher	(5.306)	(5.306)

**b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

*Disponibilidades*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

*Contas a receber*

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

*Impostos a recuperar e a recolher*

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

*Empréstimos e financiamentos*

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

*Obrigações por conversão de debêntures*

Estão apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

*Derivativos*

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.



**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

*Limitações*

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

**c. Gerenciamento de risco**

*Risco de Crédito*

Esses riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente.

**18. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos há riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, correspondem a:

<b>Descrição</b>	<b>Tipo de seguro</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	22.380	15.565
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros	270	150

**19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia adota a prática de registrar provisões sobre contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, mediante análise dos consultores jurídicos quanto ao risco de êxito das ações. Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 30 de setembro de 2012 e de 31 de dezembro 2011 estão identificados a seguir:

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Ações trabalhistas	93	37
Causas Cíveis	123	123
	216	160
Total da provisão para contingências	(93)	(37)
	<b>123</b>	<b>123</b>

**20. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL**

	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
Prejuízo líquido do período	(682)	(1.051)
(+) Depreciação/amortização	1.323	1.275
(+) Resultado financeiro líquido	1.186	1.087
LAJIDA (EBITDA)*	<b>1.827</b>	<b>1.311</b>

\* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

\* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

**21. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

A remuneração global dos Administradores da Companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$ 349 (R\$ 533 em 31 de dezembro 2011), valor composto somente por benefícios de curto prazo, sem os custos de rescisões contratuais.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2012, o valor da remuneração anual e global dos Administradores, de até 960 mil.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela empresa. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

\* \* \*